



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9830 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT12 - Currículo

VOZES E ATU(AÇÃO) DE MULHERES-PROFESSORAS NA LUTA FEMININA EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

Mônica Strege Médici - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Marcos Irondes Coelho de Oliveira - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

VOZES E ATU(AÇÃO) DE MULHERES-PROFESSORAS NA LUTA FEMININA EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

Resumo:

A maioria dos/das profissionais/trabalhadores/as da área de educação são mulheres: “uma população de professoras” (ROCHA, 2019). “O magistério brasileiro é feminino” (FOLHA, 2019). O trabalho resulta de uma investigação e faz parte do Mestrado em Educação (PPPGE/UFT) vinculado ao grupo de pesquisa Gepce/Minorias sobre o tema a *mulher na/da ciência*. Trata-se de “*Pesquisa implicada qualitativa*” de base *fenomenológica* (MAIA; ROCHA, 2017) com entrevista mediada por plataforma de reunião *online* (*Googlemet*) com quatro mulheres-professoras. Dialogamos com autores como: Simone de Beauvoir (2009), Michel Foucault (1987), Heleieth Saffioti (1987). Nossa questão central e apontamentos de resultados perpassam pela discussão da “*divisão sexual do trabalho*”, *relações de gênero*, “*relações sociais de sexo*” (QUIRINO, 2015) para que o papel, as vozes e atu(ação) da mulher não continue sendo invisibilizado no magistério e na pesquisa em educação na região Norte, e mais; que o “*currículo masculino*” e as “*práticas curriculares machistas*” sejam debatidas, pesquisadas e enfrentadas nas escolas e universidades, especialmente, por nós mulheres-professoras.

Palavras-chave: Vozes de mulheres; Luta feminina; Escola pública.

A educação brasileira é majoritariamente marcada pela presença importante da mulher na docência em todas as etapas e níveis da educação nacional. No entanto, a voz e atu(ação) feminina ainda é colocada no “*lugar*” minoritário, quando se pesquisa a gestão da escola, da universidade, as políticas públicas governamentais.

A caracterização de atividades em relação ao “*gênero*” (homem – mulher) historicamente se estabelece com uma divisão social do trabalho no magistério. Sob essa perspectiva social dominante “*machista*”, são comumente naturalizadas às mulheres atividades voltadas aos cuidados com os filhos e a casa: “*marianismo*”, aqui entendido sociologicamente como estereótipo derivado do culto católico feito à Virgem Maria, que aparece na América Latina sobretudo, como sendo “*a outra face do machismo*”.

Beauvoir (2009, p. 8) ao afirmar que “*Ninguém nasce mulher: torna-se mulher*”, nos interpela que nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a “*fêmea*

humana assume no seio da sociedade”. O que existe na verdade é uma construção social voltada a construção de papéis/atu(ação) que definiram o “*lugar*” da mulher socialmente. Estas questões nos levam aos *estudos sobre a mulher* e aos *estudos de gênero*.

Já Foucault (1987), aponta que as práticas de “*vigiar e punir*” foram maneiras de estabelecer e determinar “comportamentos adequados” para a época moderna, para que tais comportamentos pudessem ser “*moldados, vigiados, punidos*”. Atualmente dá voz às mulheres para entender seus papéis sociais nos permite refletir a cerca deste tema no sentido de desconstruir os “*estereótipos*”, o “*mulherismo*” enraizado na *opressão racial e de gênero* das mulheres negras, por exemplo.

Por outro lado, Saffioti (1987, p. 24) destaca que “a presença ativa do machismo compromete negativamente o resultado das lutas pela democracia, pois se alcança, no máximo, uma democracia pela metade.” A sonogação das práticas “*machistas*” nos espaços públicos não contribui para que a sociedade avance na promoção de uma sociedade democrática e de direitos.

Abordar o papel/atu(ação) da mulher é tratar da questão de gênero, assim como é uma “*pesquisa de/com minorias sociais*” (ROCHA, 2019) no caso, mulheres colocadas nesse “*lugar*” minorizado e subalternizado, mas a partir desse pressuposto, Maia e Rocha (2017) destacam que há uma intencionalidade em não debater as questões de gênero afim de cristalizar a marcação de papeis entre homens e mulheres, assim evita-se rupturas de paradigmas frente a determinados padrões sociais, que podem interferir no contexto social por parte daqueles que se consideram conservadores e veem a mulher como ser inferior para ocupar espaço no debate político.

Vozes, dizeres de mulheres para/com mulher da/na educação pública

Ouvir os relatos de mulheres que encampam a luta em defesa da educação pública por meio do debate político nos permite compreender o cenário ao longo das últimas décadas. É importante nesse processo observar determinados contextos do “*fenômeno educativo*” e *desconstruir sentidos* que muitas vezes emprenham o olhar da sociedade. Assim na perspectiva fenomenológica,

É preciso distinguir “opressão” de “exploração”. A opressão, atitude de se aproveitar das diferenças que existem entre os seres humanos para colocar uns em desvantagem em relação aos outros, gera uma situação de desigualdade de direitos, de discriminação social, cultural e econômica. A exploração, por sua vez, é um fato econômico assentado sobre a submissão de um ser humano ao outro e dá origem à divisão da sociedade em classes (QUIRINO, 2015, p. 234).

Na sociedade capitalista a invisibilidade da voz/atu(ação) da mulher se constitui como *opressão* e muitos casos no preconceito chamado de *misoginia*: ódio, aversão às mulheres, às vezes levando à tragédia criminosa sempre anunciada do *feminicídio*. Esse crime de homens contra as mulheres tem demonstrado que o assassinato de uma mulher é motivado pelo simples fato de “*ser mulher*”. E os motivos mais comuns são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres, uma prática infeliz e recorrente nas sociedades marcadas pela associação de papéis discriminatórios ao *feminino*, como é o caso escandaloso do Brasil.

A amostragem resulta de entrevistas realizadas entre os meses de novembro de 2020 a janeiro de 2021. Tendo como *sujeitos sociais* da pesquisa quatro mulheres que atuam na educação brasileira em diferentes níveis e ao mesmo tempo ocupam cargos em associações sindicais em defesa da educação pública. A coleta das informações fora agendada por meio de entrevistas por meio do *Googlemeet*, diante da disponibilidade das participantes da pesquisa em ser entrevistadas pessoalmente.

As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas por meio da realização da articulação entre os referenciais teóricos e as percepções das entrevistadas afim de evidenciar os saberes construídos sobre a atuação feminina na militância encampada por meio da luta sindical.

A primeira entrevistada foi realizada com **Fátima Aparecida da Silva**, secretária geral da *Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação* (CNTE) e vice-presidenta da *Internacional da Educação para América Latina* (IEAL). Dentre outros aspectos em sua entrevista destaca-se sua motivação para atuar na luta sindical e a ruptura dos padrões sociais que estabelecem papéis pré-determinados para as mulheres na sociedade brasileira.

O que me move é o senso de justiça, tenho um senso de justiça e igualdade nunca conformar com as coisas dadas como consumadas. Com injustiças. Isso que me move enquanto pessoa. Considero que sou uma mulher que ao nascer superei tudo aquilo que estaria designado para mim. (Fátima Aparecida da Silva)

Os papéis sociais previamente estabelecidos norteiam a atuação social de cada pessoa de acordo com o sexo, onde predomina um pensamento binário que classificam homens e mulheres como capazes ou incapazes para ocupar determinados cargos na sociedade. Sendo excludente e atribuindo algumas funções como atividades naturais a ser exercidas pelas mulheres.

A dicotomia entre homens e mulheres frente a atuação política no âmbito das organizações sindicais são também evidenciadas na voz de Jaqueline Moll que já atuou em todos os níveis da educação básica. Também trabalhou no *Ministério da Educação (Mec)* de 2005 a 2013. Jaqueline nos diz que tem alma militante que mesmo tendo opção de escolher outras profissões escolheu ser professora. Sobre o preconceito de gênero ela relata:

Não é fácil falar sobre isso porque não quero nominar pessoa, mas na medida que fui ascendendo e ganhando notoriedade pública vivi sim o preconceito e um certo momento fui demitida por meu chefe imediato e o ministro Fernando Haddad não me deixa sair. Chegou haver uma ruptura dentro do Ministério de Educação por isso. Vivo preconceito, sofri com isso. (Jaqueline Moll)

O relato de Jaqueline demonstra que há preconceito quanto a presença da mulher no espaço de debate em todos os níveis da sociedade e não é diferente na educação mesmo em cargos de alto escalão. A afirmação corrobora com Beauvoir (2009) que aponta que há uma construção social quanto a idealização do papel feminino de modo que possa atender as perspectivas da sociedade.

Quanto a importância do debate em relação a gênero a entrevistada Sandra Rodrigues Cabral, hoje aposentada e afastada das atividades sindicais tendo atuado como presidenta do *Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás* (Sintego), presidenta da *Central Única dos Trabalhadores de Goiás* (CUT-GO), secretária de *Políticas Sociais e de Comunicação* da CUT Nacional, nos diz que:

Não basta ser feminista, é preciso lutar para que todos entendessem que não pode haver discriminação. Principalmente nós da educação, porque temos uma relação absolutamente privilegiada com meninos e meninas e nós precisamos por meio da educação travarmos uma batalha para que possamos pedagogicamente mudar estes preconceitos seculares. Não nos interessa inverter valores, queremos que os homens entendam que para a sociedade evoluir é preciso haver igualdade de oportunidade. Ninguém quer que mulher pense igual a homem e homem pense igual mulher. (Sandra Cabral)

Como no aponta Maia e Rocha (2017) para que a sociedade avance é preciso desconstruir por meio do diálogo para que seja possível elucidar que a construção de papéis sociais pautados no sexo biológico não se sustenta na atualidade, portanto todos os sujeitos podem viver harmonicamente sem rótulos ou convenções sociais, o que deve preponderar é o respeito e a tolerância. Mesmo sob tensões este debate pertence a educação e deve ser

estimulado.

A mulher não deixou de exercer o direito a maternidade em detrimento da luta. Na maioria dos casos ela apenas sobrepôs mais funções como ressalta a entrevistada Guelda Cristina de Oliveira Andrade, técnica administrativa educacional na *Rede Estadual de Educação, Secretaria de Políticas Educacionais* do SINTEP-MT. Sua voz faz repercutir que,

para nós mulheres sempre é mais difícil, muitas vezes é preciso abrir mão de uma oportunidade por causa de doença de um filho ou da mãe. Na luta sindical, tive embates em relação aos companheiros de luta. Sempre gostei de escrever e uma vez apresentei um artigo para um dirigente que me acusou de plágio, me magoou muito. Por que ele disse isso, por que sou mulher e mulher precisa provar a capacidade. Vivenciei muitas situações de preconceito e falta de reconhecimento. E sei bem que isso perpassa a relação de gênero. O sindicato não é imune aos problemas existentes na sociedade (Guelda Andrade)

O relato de Guelda aponta que a sociedade continua exigindo da mulher, quase exclusivamente, o cuidado em relação aos filhos e, por outro lado, muitas vezes não há empatia por parte dos colegas mulheres no trabalho ao imporem a ela uma cobrança maior do que aquela imposta aos/dos homens. Como destaca Foucault (1987) que estabelece critérios diferentes a determinados indivíduos que estão sujeitos à condição de ser *vigiado e punido* a despeito de determinados padrões impostos pela sociedade visando garantir privilégios de classe, gênero, raça, etc.

Essa amostra é reveladora de muitas questões que ainda não foram devidamente enfrentadas no Brasil, na docência, no magistério pelas mulheres, pela pesquisa e pelas políticas públicas governamentais no que se refere a “*divisão sexual do trabalho*”, “*gênero*”, “*relações de gênero*” e “*relações sociais de sexo*” (QUIRINO, 2015) nos conduzindo a ilusória questão da “*ideologia de gênero*” (MAIA; ROCHA, 2017), numa demonstração do muito a se pesquisar sobre “mundos de mulheres no Brasil” (Veiga; Nichnig; Wolf; Zandoná, 2019).

Considerações finais

Há ainda um longo percurso a ser percorrido em busca da “*igualdade de gênero*” frente aos debates e práticas de gestão no que se refere às mulheres como legisladoras e defensoras da educação pública de qualidade. Se faz *urgente e emergente* o enfrentamento da “*desigualdade de gênero*” em prol de um deslocamento de perspectiva em relação à *atu(ação) feminina*, apesar das mulheres protagonizarem há muito tempo a área da educação. É *urgente e emergente* apreender os *sentidos do gênero* e a (re)criação da categoria “*mulher*”, o gênero da docência e a feminização do magistério.

As categorias “*divisão sexual do trabalho*”, “*gênero*”, “*relações de gênero*” e “*relações sociais de sexo*” podem parecerem discussões postas nos estudos e pesquisas sobre o papel/atu(ação) da mulher, no entanto, necessitam de serem estudadas em sua interseccionalidade ou como são manejadas nas opressões cruzadas em relação à mulher-professora.

Referências:

BEAUVOIR, Simoni. **O segundo sexo**. Tradução Milliet, S. 2 a. ed. Obra original de 1949. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

FOLHA, Jardilene Gualberto Pereira. ROCHA, Damião (Orientador). “**O magistério brasileiro é feminino**: (re)apresentação da mulher na educação infantil nos dados oficiais de 2014 - 2018 do governo federal. Dissertação de Mestrado em Educação (PPGE/UFT), 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento das prisões. Tradução Raquel Ramallete.

27. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1987.

MAIA, Marcos F. G. e ROCHA, Damião. **Ideologia de gênero: tensões e desdobramentos na educação.** Revista Contemporânea de Educação, vol. 12, n. 25, set/dez de 2017.

MAIA, Marcos F. G.; ROCHA, J. Damião T. **A fenomenologia na pesquisa em educação: um olhar sobre a etnometodologia e etnopesquisa crítica.** Revista Atos de Pesquisa em Educação (FURB), v. 11, p. 718-736, 2016.

QUIRINO, Raquel. **Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais: em uma perspectiva marxista.** Revista Trabalho & Educação, Belo Horizonte, v.24, n.2, p. 229-246, mai-ago, 2015.

ROCHA, J. Damião T. **Pesquisas com/as minorias nortistas amazonidas: aportes teóricos de um pós-curriculo das diferenças.** 2019. Anais da 39ª Anped, Niterói, Rio de Janeiro, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

VEIGA, Ana Maria; NICHNIG, Claudia Regina; WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair. (Orgs.). **Mundos de mulheres no Brasil.** Curitiba, PR: CRV, 2019.